

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N° 002/2022 DO COMITÊ DE
INVESTIMENTOS DO IPMS**

Data: 07 de fevereiro de 2022

Participantes: Joel de Barros Bittencourt

João Ramos Junior

Onézimo Soares Ribeiro

Na Sala de Reuniões, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com início às 09:30 horas do dia 07 de fevereiro de 2022. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente abriu a reunião com o acompanhamento da estratégia de investimentos realizada ao longo do mês de janeiro/2022. Conforme aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos em 2022, foram aplicados R\$ 774.000,00 em 19/01/2022 no CAIXA BRASIL FI RF REFERENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 e resgatados R\$ 1,604 milhão do mesmo fundo para o pagamento de despesas administrativas e previdenciárias. Houve também em 03/01/2022 crédito de R\$ 19.151,81 do CAPITANIA PORTFOLIO CRÉDITO PRIVADO FIM – CNPJ 09.574.215/0001-90 referente à amortização conforme plano de liquidação aprovado em AGC realizada em 19/02/18. O Presidente explica que o baixo volume de ingressos no mês de janeiro se resulta do fato que a Prefeitura e a Câmara Municipais anteciparam os repasses devidos para o mês de janeiro/2022, conforme destacado na Reunião anterior. O Presidente informa que em janeiro/2022 foram realizadas Assembleias de Cotistas dos Fundos: (1) FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII SIA CORPORATE – CNPJ/MF 17.311.079/0001-74 em 07/02/2022, cuja pauta foi: (i) i. Deliberar que os recursos de prêmio de locação retidos para custear despesas necessárias à reforma do imóvel, conforme deliberação da Assembleia Geral de Cotistas no dia 31/10/2018, tenha sua destinação ampliada para custear também as despesas ordinárias do fundo, tais como, mas não se limitando: Condomínio, IPTU, Avaliação imobiliária anual, taxa anual da B3, Taxas CVM e Anbima, despesas CETIP, Assessoria jurídica e despesas cartorárias; ii. Deliberar, nos termos do art. 10.1, (h) do Regulamento do Fundo,

sobre a substituição da BRB DTVM, atual gestora do Fundo, pela Genial Gestão Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.119.959/0001-83 ("Novo Gestor"), para assumir os serviços de gestão dos ativos do Fundo; iii. Deliberar sobre alteração do valor mínimo mensal da taxa de administração, de R\$ 27.000,00 para R\$ 30.000,00, considerando a defasagem de sua atualização, e incluir o prazo de vigência do indicador de atualização, o IGP-M/FGV, a partir da deliberação desta; iv. Deliberar sobre a alteração do regulamento do Fundo para refletir a substituição do prestador de serviço de Gestão dos ativos do Fundo, a alteração do limite mínimo mensal da taxa de administração; e as alterações na redação de alguns outros dispositivos e v. Apresentar laudo de avaliação do imóvel, emitido pela empresa Newmark; (2) FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS – CNPJ 14.507.699/0001-95 e (3) FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CAIXA BDR NÍVEL I – CNPJ 17.503.172/0001-80, ambas em 27/01/2022 cuja pauta em ambas as convocações foi a Aprovação das Demonstrações Contábeis do FUNDO referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2021. O Presidente informou que recebeu também Fato Relevante de 20/01/2022 referente ao LME REC MULTISSETORIAL IPCA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CNPJ 12.440.789/0001-80, referente ao reprocessamento da carteira do Fundo, carteira reprocessada no fechamento do dia 20 de janeiro de 2022, tendo em vista que: (i) em 28 de dezembro de 2021, foi firmado o Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de Transação Extrajudicial com a Transportadora Translina Ltda. – EPP., que reformulou as condições da transação original, de modo que o saldo devedor da dívida, passou a ser de R\$ 258.310,17, a ser quitado em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 51.662,03, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022, nos termos do Primeiro Aditivo. (ii) Neste sentido, no fechamento do dia 20 de janeiro de 2022, o novo valor de dívida, no montante de R\$ 258.310,17 foi levado a zero por cento de PDD; (iii) Considerando a quitação da primeira parcela, no valor de R\$ 51.662,03, o ativo denominado "NP TRANSALINA" passa ao saldo de R\$ 206.648,14. O Presidente passou à análise dos resultados de janeiro de 2022 e da posição da carteira em 04/02/22 com base nos relatórios elaborados pela Diretoria Administrativa e Financeira. A carteira no mês de janeiro/2022 apontou uma rentabilidade no mês de 0,06%% versus a meta atuarial projetada de 0,54%. O segmento de renda fixa apurou um ganho de cerca de R\$ 1,023 milhão no mês de janeiro/2021 e na renda variável houve uma perda de aproximadamente R\$ 690,97 mil. Ao analisar a rentabilidade da carteira no início do mês de fevereiro/2022, verifica-se que a rentabilidade no mês acumulada até 04/02/2022 está em 0,26%, totalizando um resultado no mês de R\$ 1,374 milhão aproximadamente. O presidente destaca que os mercados no início do ano tiveram um comportamento errático, diferente das projeções de início do ano, havendo uma escalada mais significativa que a esperada da taxa de juros local. O Presidente passa então a analisar o relatório de Rentabilidade Diária da CEF em 04/02/2022 e em 31/01/2022. No caso dos IMA-B e IMA-B 5+ os mesmos apresentaram até o dia 04/02/2022 rentabilidades no mês de 0,79% e 0,98% respectivamente, comparados com as rentabilidades de -0,75% e -1,61% verificadas em janeiro/2022. Em relação aos fundos IMA-B 5 e IDKA 2A IPCA a rentabilidade no mês até 04/02/2022 é de 0,61% e 0,64% respectivamente, enquanto que no mês anterior a rentabilidade respectiva foi de 0,09% e 0,01%. Em relação aos fundos de vértice curto (IRF-M1 e CDI), a rentabilidade mensal até 04/02/2022 é de

0,29% e 0,16% respectivamente e no mês de janeiro/2022 foi de 0,60% e 0,78%, respectivamente. O presidente destacou ainda a rentabilidade do IRF-M1+, que concentra papéis prefixados com vencimento superior a um ano, com rentabilidade mensal até 04/02/2022 de 0,45% e em janeiro/2022 foi -0,53%. Destacou também o Fundo CAIXA AÇÕES VALOR, que teve rentabilidade mensal em 31/01/2022 de 8,81% e até 04/02/2022 possui uma rentabilidade no mês de -0,97%. Em relação a Fundos com exposição externa o IPMS possui aplicado no: 1. FUNDO AÇÕES BDR, com rentabilidade no mês até 31/01/2022 foi de -9,74% e no mês até 04/02/2022 foi de 0,18% e no 2. CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA, cujo aporte inicial ocorreu em junho de 2021 e a rentabilidade no mês até 31/01/2022 foi de -5,30% e no mês até 04/02/2022 foi de -0,16%. O presidente destaca a mudança significativa de cenário, com degradação das projeções nos mercados e a ausência de fundamentos econômicos favoráveis, associado à uma escalada da taxa de juros. O presidente passa à análise de conjuntura econômica, iniciando a análise dos Relatórios do Departamento de Pesquisa Econômica (Depec) do Banco Bradesco, iniciando com o Cenário Econômico de 01/02/2022 que informa que de modo geral, as linhas gerais do cenário econômico não se alteraram, mas o início do ano trouxe informações um pouco piores para a inflação e o crescimento. A disseminação da Ômicron pelo mundo trouxe novos desafios para as cadeias globais e a esperada desinflação vinda dos preços de commodities não deve acontecer no curto prazo. Problemas climáticos afetaram a safra de grãos esperada para este ano e, além de pressionarem a inflação no curto prazo, devem diminuir a contribuição positiva do setor agrícola para o PIB, que deve crescer 0,5% em 2022. Tanto os dados efetivos quanto algumas premissas do cenário indicam um quadro mais pressionado para a inflação. Os núcleos de inflação seguiram em aceleração, sem sinais de descompressão em bens industriais ou serviços. Há uma tendência altista na inflação para o biênio 2022/2023, com elevação das projeções de inflação pela maior parte das casas de investimento. As projeções para a taxa de câmbio seguirão sendo desafiadas pelos cenários global e doméstico. O efeito da alta de juros do Fed sobre as moedas emergentes é historicamente relevante, da ordem de 13% para a elevação que projetamos. Além disso, os temas fiscais devem continuar influenciando as cotações. Os níveis da taxa Selic podem mitigar esse quadro, como temos notado na apreciação deste início de ano. Com a piora das expectativas de inflação, o Banco Central deverá elevar a taxa de juros para 12,25% no pico do ciclo permanecendo em um patamar mais elevado que as projeções de início do ano. Esses níveis de juros são contractionistas e as decisões de política monetária terão efeitos crescentes em 2023. No cenário externo, o Federal Reserve sinaliza postura mais *hawkish* em 2022 com elevações mais acentuadas na taxa de juros. As perspectivas para a inflação global pioraram nas últimas semanas por conta da alta do preço do petróleo e dos efeitos da onda de ômicron sobre a oferta de mão de obra nos EUA e as cadeias de suprimento globais. Além dos fatores conjunturais, há excesso de demanda em vários países por conta dos estímulos fiscais e monetários desde o início da pandemia. A maioria dos bancos centrais das economias emergentes já começou a apertar a política monetária, mas este processo está apenas se iniciando nas economias maduras. O Federal Reserve sinalizou o início do ciclo de alta de juro para março e adotou um discurso mais duro do que o esperado na reunião do Comitê do FED de janeiro. O Boletim Semana em Foco, de 04/02/2022 informa que o Copom elevou a taxa Selic para 10,75% na sua última reunião e sinalizou que irá desacelerar o passo em suas próximas reuniões.

O Comitê enxerga a desaceleração do passo como apropriada por conta do atual nível dos juros e dos efeitos cumulativos da política monetária. Nesse aspecto, o ano de 2023 passou a ser o horizonte relevante e, portanto, com maior peso nas decisões. A estratégia permitirá ao Copom ganhar tempo e observar as próximas divulgações para determinar o passo e o ponto terminal. Os indicadores correntes seguem mostrando a inflação pressionada no curto prazo. Por ora, a expectativa é de Selic em 12,25% no pico do ciclo e 11,75% ao final deste ano. No comunicado, o comitê reconheceu uma evolução melhor do que a esperada para os indicadores de atividade econômica no quarto trimestre. Ao longo da semana também conhecemos os dados das contas públicas de 2021. O setor público fechou o ano com superávit de R\$ 64,7 bilhões (+0,8% do PIB), refletindo principalmente o desempenho positivo dos governos regionais, que mais do que compensaram o déficit do governo central. Embora os dados de arrecadação estejam mostrando um desempenho positivo no curto prazo, não é esperado uma melhora estrutural do cenário. Para 2022, é esperado um déficit de 1,0% do PIB que, somado ao ajuste da Selic, deve contribuir para que a dívida suba para cerca de 85% do PIB. A despeito da melhora de curto prazo, os desafios fiscais permanecem. Como ressaltado pelo próprio Copom, políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda agregada ou piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. De modo geral, os dados ainda seguem apontando para expansão da atividade global, ainda que devam ser destacados os efeitos da variante Ômicron e da lenta normalização das cadeias produtivas. O Boletim RPPS de janeiro/2022 divulgado pela Caixa Econômica Federal destaca que no segmento de renda fixa, houve diversos acontecimentos relevantes, em sua maioria negativos para a curva nominal local, dos quais se destacam: (i) A combinação de forte atividade e emprego, com manutenção das pressões inflacionárias nos EUA, levando o FED a apertar novamente seu discurso de redução de estímulos, renovando as indicações quanto à intensidade do ciclo de aperto de juros; (ii) Pressão nos preços das commodities, em especial do petróleo, refletindo ambiente de forte demanda, combinado com restrições de oferta; (iii) Revisões para baixo no crescimento chinês para 2022, devido à política "zero Covid" e às alterações regulatórias promovidas no país, no contexto de proximidade da Olimpíada de Inverno; (iv) Tensões geopolíticas em torno da Ucrânia e; (v) Menor preocupação com a variável Ômicron. No âmbito doméstico, o mês começou com forte correção dos preços após o rally observado no mês de dezembro. Em um ambiente de forte abertura da curva americana, com a pressão adicional local de manutenção de uma inflação alta e disseminada, somada a novas preocupações fiscais, a curva de juros nominal (prefixados) seguiu o movimento das economias desenvolvidas e abriu. No mercado pós fixado vimos novo fechamento da curva de LFT's, com uma possível exaustão do movimento de fechamento da ponta curta (com vencimento até 09/23). Nesse contexto, todos os subíndices da ANBIMA atrelados à curva nominal e/ou real que possuímos fundos de investimento performaram abaixo do CDI no mês; já o IMA-S, com o fechamento da curva de LFT, novamente superou o CDI. Na perspectiva de fevereiro, O cenário segue desafiador com os investidores monitorando (i) inflação nos EUA e no Brasil; (ii) tapering nos EUA e debates quanto ao início da alta de juros e da redução do balanço do FED; (iii) processo de vacinação e das novas variantes do COVID-19 pelo globo; (iv) ambiente político e seus impactos na política fiscal do país; (v) desdobramentos da implementação da política chinesa definida para o ano, visando estabilização do crescimento; (vi) gargalos de oferta nas cadeias de suprimentos globais; (vii) questões

geopolíticas referentes à Ucrânia. A visão prospectiva é de que o fundamento econômico enfraquecido em um contexto de SELIC no patamar de 2 dígitos abre espaço para posições aplicadas na curva nominal, com a volatilidade observada podendo trazer momentos interessantes de entrada em posições. No segmento de renda variável, o mercado acionário brasileiro teve sua melhor performance desde dezembro de 2020. O Ibovespa fechou em 112.144 pontos, um retorno de 6,98% no mês, justificado, sobretudo, pelo efeito de rotação global das carteiras em busca de maiores retornos, diante de um cenário inflacionário persistentemente elevado no mundo e um comunicado mais hawkish do FED em relação ao ritmo e magnitude da alta de juros nos Estados Unidos, o que beneficiou países emergentes fortes no mercado de commodities como o brasileiro. Houve relevante entrada de fluxo estrangeiro para a bolsa local, em especial para papéis de valor "value" e de maior liquidez. No ambiente global, em termos de performance, em janeiro, as principais bolsas apresentaram perdas, refletindo a expectativa de políticas monetária mais contracionistas ao redor do mundo. Para o mês de fevereiro, apesar da percepção de aumento dos riscos, seja em âmbito externo com aceleração do tapering e normalização dos juros americanos, seja por questões geopolíticas, como o caso entre Rússia e Ucrânia, e em âmbito interno, especialmente decorrente das eleições Presidenciais no final deste ano, há uma perspectiva de uma visão positiva para a bolsa local em função de: (i) o valuation das empresas ainda segue descontado; (ii) a adoção de políticas contracíclicas na China, que deve ser capaz de sustentar os preços das commodities; (iii) previsão de início da normalização (queda) da SELIC no final de 2022, (iv) avanço da vacinação contra a Covid no país; (v) manutenção da entrega de bons resultados operacionais pelas empresas em bolsa. Passando para análise do Resumo Econômico Mensal de fevereiro/22 elaborado pela Sicredi, o mês passado mostrou valorização de algumas commodities, altas nos juros de mercado nos EUA e ganho de força do dólar em escala global. Contudo, o Real se apreciou 4,0% em relação à moeda americana, não se acreditando, porém, que este movimento de apreciação se mantenha. Os dados divulgados em janeiro apontam para recuperação da atividade econômica em novembro. Para 2022, há expectativa de quebra nas safras de soja e de milho na região Sul, revisando a estimativa de crescimento do PIB no setor. Em relação à inflação a queda menos intensa na prévia de janeiro mostra um qualitativo ruim dos núcleos de inflação. Tal fato, somado à valorização esperada para commodities a médio prazo, levam à expectativa de revisão para cima das projeções de inflação já para o ano de 2022. Para os juros, mesmo com viés de alta, mantém-se o atual cenário à espera de novas sinalizações do Copom. No cenário internacional, a escalada da tensão entre Rússia e Ocidente, após ameaça de invasão russa a Ucrânia e a imposição de sanções econômicas pelo Ocidente, se fez sentir nos preços dos ativos. Com a maior incerteza na cena externa, cresce também o risco de alta da inflação global em 2022. Finalmente, passou-se à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 04/02/2022 onde verifica-se que o mercado projeta a taxa SELIC em 11,75% até o fim de 2022 e projeta e em 8,00% para o fim de 2023, uma manutenção no cenário de quatro semanas atrás. O mercado revisou ligeiramente para cima para a projeção de crescimento do PIB para 2022 de 0,28% há quatro semanas para 0,30%, e a reduziu projeção de crescimento para 2023 de 1,70% para 1,53%. A taxa de câmbio se mantém com projeção estável em 5,60 ao final de 2022 e a projeção do câmbio para 2023, é de 5,50, ante 5,45 quatro semanas atrás. A projeção da inflação IPCA foi ajustada para cima, de 5,03% para 2022 há quatro

semanas, passando para 5,44, enquanto que para 2023 houve também um aumento de 3,36% para 3,50%. Com base nas informações de conjuntura econômica apresentadas, o Comitê concluiu que há uma degradação do cenário com elevação das taxas de juros. O Comitê também não se mostra otimista em relação a novos aportes no mercado de renda variável no momento atual, apesar do cenário favorável mostrado em janeiro, visto que boa parte do movimento se deu em caráter especulativo, na expectativa da elevação das taxas de juros locais e nos EUA. Neste cenário de escalada da taxa de juros, há uma expectativa favorável para o aporte em Títulos Públicos do tipo IPCA (as NTN-B) com carregamento até o seu vencimento, com a expectativa da taxa aplicação seja superior à meta atuarial. Visto a tendência favorável a este tipo de aplicação, a Caixa Econômica Federal anunciou a reabertura dos chamados Fundos de Vértice, isto é, Fundos fechados atrelados à Títulos Públicos, objetivando com o aporte o "travamento" da taxa, em geral em valores superiores à meta atuarial. A Caixa Econômica Federal já disponibilizou informe referente aos Fundos de Vértice, anunciando a abertura de um Fundo exclusivo para a NTN-B com vencimento em maio/2023, além de um fundo aberto com vencimento em agosto/2024 e outro com vencimento em agosto/2030. Em conversas realizadas pelo Assessor Financeiro e o Diretor Financeiro do IPMS com os representantes da Caixa Econômica Federal, o aporte no Fundo de Vértice se dá com a compra direta da NTN-B com o vencimento desejado, travando a taxa na curva até o seu vencimento à taxa negociada, havendo o compromisso de ela ser pelo menos igual ou superior à meta atuarial. A vantagem da aplicação no Fundo de Vértice se dá no travamento da taxa (que será carregada até o vencimento do título), sem as obrigações acessórias decorrentes da aquisição direta de títulos públicos (como custódia, liquidação, etc.). A documentação necessária para os credenciamentos dos Fundos de Vértice da CEF já foi encaminhada e analisada pela Diretoria Financeira, e visto que tais Fundos são aplicações em 100% Títulos Públicos, são caracterizadas como de baixíssimo risco. Com isso, o Comitê de Investimentos aprovou inicialmente o aporte inicial dos valores das contribuições da Prefeitura e da Câmara Municipal, bem como a realocação dos montantes atualmente alocados no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 que não sejam destinadas para o pagamento das despesas administrativas. Com isso, o Comitê de Investimentos APROVOU: (i) APLICAR os ingressos de recursos referentes a: I) resgates devido às liquidações antecipadas provenientes de decisões aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas; II) os valores recebidos da distribuição de rendimentos dos fundos; III) os valores recebidos dos acordos de parcelamento; e IV) os repasses das contribuições mensais no CAIXA BRASIL FI 2023 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA – CNPJ 44.683.378/0001-02, com taxa de aplicação líquida superior à meta atuarial do IPMS para 2022 (5,04% a.a.), salvo os repasses referente à taxa administrativa do IPMS, que deverão ser aplicados no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97; (ii) RESGATE TOTAL do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 dos montantes aplicados nas contas de Repasses (46-9) e de Contribuição Patronal (48-5) para (iii) APLICAÇÃO no CAIXA BRASIL FI 2023 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA – CNPJ 44.683.378/0001-02. O Comitê também decidiu por realizar uma Reunião Extraordinária para avaliar os eventos relacionados aos Fundos de Vértice, com a possibilidade de novas realocações se elas se mostrarem atrativas. São anexos a esta Ata: (i) Ata da Assembleias do FII SIA CORPORATE, FIC DE FIA CAIXA VALOR

e FIA CAIXA BDR NÍVEL I; (ii) Fato Relevante do LME REC MULTISSETORIAL IPCA FIDC de 21/01/2022; (iii) Relatórios de Posição de Investimentos de 31/01/2022 e 04/02/2022; (iv) Tabelas de Indicadores dos Fundos de Investimento da Caixa Econômica Federal em 31/01/2022 e 04/02/2022; (v) Cenário Econômico de 01/02/2022 e Boletim Semana em Foco de 04/02/2022 elaborados pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Banco Bradesco; (vi) Boletim RPPS de janeiro/2022 elaborado pela CEF; (vii) Resumo Econômico Mensal de Fevereiro/2022 elaborado pelo Banco SICREDI S.A.; (viii) Relatório de Mercado – Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 04/02/2022; (ix) Informe RPPS sobre a Reabertura dos Fundos de Vértice de Vencimento em maio/2023, agosto/2024 e agosto/2030, bem com as Lâminas e Formulários de Informações Complementares dos Fundos respectivos. Nada mais havendo foi encerrada às 11:30 horas a 2ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2022 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.

Presidente do Comitê

Relator

Membro